

As iniciativas globais da China, o Sul Global e a remodelação da ordem internacional

Vinicius Ruiz Albino de Freitas¹

Marcos Cordeiro Pires²

Resumo

Este artigo busca compreender como as iniciativas globais chinesas estão sendo usadas para reunir apoio em prol da reforma das instituições multilaterais, e como essas políticas se diferenciam da ordem estabelecida ao final da Segunda Guerra Mundial. Além da Organização das Nações Unidas, a China busca exercer influência no debate internacional em fóruns como o BRICS, nas conferências sobre clima e também no G20. A ascensão chinesa e do Sul Global estão entre os fatores cruciais da remodelação da ordem internacional. A crise da ordem liderada pelos norte-americanos caminha simultaneamente à reconfiguração de uma nova ordem, na qual os países do Sul Global possuem um papel de destaque. Dessa forma, discutiremos num primeiro momento a crise da globalização neoliberal e a ascensão da China e, posteriormente, as iniciativas globais chinesas.

Palavras-chave: Crise da globalização; iniciativas globais chinesas; remodelação da ordem internacional.

The Chinese global initiatives, the Global South, and the reshaping of the international order

Abstract

The central aim of this study is to understand how China has used its global initiatives to rally support for the reform of multilateral institutions, and how these policies differ from the order established at the end of the Second World War. In addition to the United Nations, China seeks to influence the international debate in forums such as BRICS, climate conferences, and G20. The rise of China and the Global South feature among the crucial factors in the reshaping of the international order. The crisis of the US-led order follows the reconfiguration of a new order in which the countries of the Global South play a prominent role, especially the People's Republic of China. To achieve these objectives, we will first discuss the crisis of neoliberal globalization and the rise of China and the Chinese global initiatives.

Keywords: Globalization crisis; Chinese global initiatives; reshaping of the international order.

Iniciativas globales de China, el Sur Global y la remodelación del orden internacional

Resumen

Este artículo busca comprender cómo las iniciativas globales chinas están siendo utilizadas para reunir apoyo a favor de la reforma de las instituciones multilaterales y cómo estas políticas se diferencian del orden establecido al final de la Segunda Guerra Mundial. Además de la Organización de las Naciones Unidas, China busca ejercer influencia en el debate internacional en foros como el BRICS, en las conferencias sobre el clima y también en el G20. El ascenso de China y del Sur Global son factores cruciales en la remodelación del orden internacional. La crisis del orden liderado por Estados Unidos avanza simultáneamente con la reconfiguración de un nuevo orden en el que los países del Sur Global tienen un papel destacado. De esta manera, discutiremos en un primer momento la crisis de la globalización neoliberal y el ascenso de China, y posteriormente, las iniciativas globales chinas.

Palabras clave: Crisis de la globalización; iniciativas globales chinas; remodelación del orden internacional.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela UNESP e Pesquisador do International Postdoctoral Program do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

² Professor de Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista (Unesp) e no Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

Introdução

A ordem liberal baseada nas regras estabelecidas pelos Estados Unidos da América (EUA) após a Segunda Guerra Mundial está em crise – o Ocidente já não pode oferecer “bens coletivos internacionais” como outrora. A Organização Mundial do Comércio (OMC) está paralisada em meio às medidas protecionistas dos EUA, que retomou de forma explícita suas políticas industriais. O uso do dólar como arma política está minando gradativamente seu poder global. Outros aspectos importantes das relações internacionais, como a segurança e a estabilidade transfronteiriça, foram colocados em xeque por ações unilaterais, como o ataque da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) à Sérvia em 1999, a invasão estadunidense do Iraque em 2003, os ataques ofensivos da Otan à Líbia em confronto ao mandato da ONU em 2011, os assassinatos seletivos de opositores levados a cabo pelos governos de Barack Obama e Donald Trump no Iraque, Afeganistão e Irã. Esse panorama geral minou a credibilidade do sistema atual.

É preciso considerar que, desde a crise financeira global de 2008, a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos tem enfrentado uma nova gama de dificuldades, uma vez que os países do G7 já não dispõem de meios para enfrentar sozinhos os novos desafios que surgiram desde então. A criação de novos fóruns internacionais para lidar com novas questões globais é exemplo disso.

Em 2008, o G20 foi alçado de uma reunião ministerial para uma de cúpula com o objetivo de coordenar as medidas econômicas para mitigar os efeitos da crise do *subprime*, que eclodiu naquele ano. Em contrapartida, se constata o aumento do protagonismo internacional do Sul Global, cujo peso econômico e político é muito maior do que em 1945, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada. Nesse aspecto, destacam-se os países do BRICS, que foi ampliado na reunião de Cúpula de Johannesburgo, na África do Sul, em 2023. Aos cinco membros originais, foram incorporados o Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A Argentina, governada por Javier Milei, recusou o convite de ingresso no Grupo.

É importante ressaltar que esse alargamento vai ao encontro das iniciativas chinesas em matéria de desenvolvimento global, segurança global e civilização global, que estão a tornar-se um novo paradigma para a construção de uma ordem internacional inclusiva e multipolar. A estas se junta a iniciativa da nova rota da seda (*Belt and Road Initiative* – BRI), que trouxe de volta para o debate internacional o tema do desenvolvimento econômico e dos investimentos em infraestrutura, temas que foram relegados pelos organismos financeiros multilaterais – Fundo Monetário

Internacional (FMI), Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento – durante a hegemonia neoliberal. Verifica-se que o sucesso da BRI forçou o governo dos Estados Unidos a criar a Development Finance Corporation (DFC) em 2019, para concorrer com os financiamentos chineses nos países em desenvolvimento.

Para dar conta dessa temática, este artigo busca compreender como as iniciativas globais da China estão sendo utilizadas pelo país para aglutinar apoio para a reforma das instituições multilaterais e como essas políticas contrastam com a ordem criada no final da Segunda Guerra Mundial. Além da ONU, a China busca influir o debate internacional em fóruns como o BRICS, as conferências climáticas e o G20.

Para alcançar esses objetivos, o trabalho está dividido em duas partes, além desta introdução e de uma breve conclusão. Na primeira parte, discutiremos a crise da globalização e as transformações na ordem internacional ocorridas após a crise financeira iniciada em 2008. Na segunda, analisaremos as principais iniciativas globais chinesas, como a nova rota da seda, a BRI e as iniciativas globais de desenvolvimento, segurança e civilização.

A crise da globalização neoliberal

A reconfiguração do poder mundial observada no primeiro quarto do século XXI tem como características centrais a crise da globalização e a contestação do neoliberalismo, sobretudo após a grave crise mundial de 2008, e a ascensão da China como potência e industrial e tecnológica, o que a torna a maior rival dos EUA na ordem internacional.

Vale considerar que a crise atual da hegemonia dos Estados Unidos é consequência de uma estratégia que foi bem-sucedida para as empresas estadunidenses, pois a globalização lhes garantiu a competitividade e os lucros que haviam estagnado na década de 1970. A terceirização e a deslocalização produtiva proporcionaram não apenas a redução de custos, como também a agilidade para o desenvolvimento tecnológico em um momento em que a Internet e as outras tecnologias de informação e comunicação (TIC) deram um extraordinário salto inovativo.

A globalização permitiu que o capital ocidental recuperasse a iniciativa econômica, que nos anos de 1970 parecia ter se deslocado para o Japão. Em 1991, o colapso da União Soviética e do bloco socialista europeu abriam novas

perspectivas para a acumulação de capital. Além dos novos espaços conquistados na Europa Oriental e na Eurásia, a China acelerou sua reforma econômica, assim como a Índia liberalizou sua economia e aderiu à nova configuração econômica mundial. O mercado capitalista, em menos de uma década, incorporou cerca de 3,5 bilhões de novos consumidores, ampliando o contingente de trabalhadores aptos a produzir com salários mais baixos do que o dos países avançados.

Entretanto, a globalização, como qualquer fenômeno social, apresentou suas próprias contradições, pois à medida em que o capital e a tecnologia se deslocaram para a Ásia, principalmente para a China, eles acabaram por viabilizar o desenvolvimento industrial e a apropriação dessas tecnologias e de técnicas de gestão nesse polo. No entanto, as experiências recentes da China e da Índia no sentido de subir nas cadeias de valor mostraram que aquela premissa estava errada.

Um aspecto da globalização merece ser destacado: o “regime de acumulação dominado pelas finanças”, que está na base de sua faceta produtiva. Ao longo das últimas décadas, a desregulamentação do setor agravou as contradições do sistema, enfraquecendo as estruturas financeiras e aumentando a instabilidade do sistema (PAULANI, 2009). Esse regime esteve por trás das diversas crises financeiras sistêmicas vivenciadas desde os anos 1990: começando com a “crise da tequila” no México em 1994-1995, passando pela crise asiática de 1997-1998, a crise da Nasdaq de 2001, a crise econômico-financeira global de 2008 e suas repercussões na Europa meridional. Com essa recente crise, o processo de contestação e enfraquecimento da hegemonia dos EUA, que havia sido contido com a globalização, acelerou, provocando uma grande mudança na correlação de forças dos poderes no sistema mundial (GUILLÉN, 2019).

Esse movimento se inicia em 2008, após a crise financeira deflagrada com o estouro da bolha de títulos imobiliários *subprime* e, em seguida, já durante o governo Obama, amplia a instabilidade com a adoção de uma política de expansão monetária sem precedentes em tempos de paz, a chamada *quantitative easing policy*, que despejou na economia mundial mais de US\$ 4,5 trilhões, em que o Federal Reserve comprou títulos e emitiu dinheiro para sustentar a recuperação do país entre 2009 e 2014 (WOLFERS, 2014).

A vitória de Donald Trump aprofundou o unilateralismo e o protecionismo dos Estados Unidos ao inviabilizar as iniciativas comerciais – como as parcerias trans-pacífico (TPP) e trans-atlântica de comércio e investimentos (TTIP) – e elevar as tarifas aduaneiras para uma série de produtos, tanto para rivais, como a China,

como para aliados, como a União Europeia, o México e o Canadá. Adicionalmente, bloqueou o sistema de solução de controvérsias da OMC ao não indicar seus representantes para o órgão de apelações

O isolacionismo estadunidense, que começou no começo da década de 2010, foi aprofundado pela pandemia de covid-19, que revelou a fragilidade das extensas cadeias de produção global e também a vulnerabilidade da economia dos Estados Unidos diante do suprimento de produtos e insumos vindos da Ásia. Os governos de Trump e Joe Biden iniciaram medidas para “desacoplar” os Estados Unidos da China, estimulando a produção doméstica, o “*reshoring*”, e a produção nos países vizinhos, o “*nearshoring*”. Na prática, os estadunidenses trocaram a lógica da eficiência proporcionada pela globalização pela lógica da segurança e resiliência interna. Com isso, minaram os fundamentos de sua hegemonia econômica.

Nesse contexto, é paradigmático o episódio ocorrido em 2017, durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, em que o presidente chinês Xi Jinping defendeu as “regras do jogo” ao se posicionar a favor da multipolaridade, da defesa da globalização e das normas da OMC (PARKER, 2017), justamente quando Trump estava prestes a tomar posse e apresentar seu programa protecionista “*Make America Great Again*”. De acordo com Pires e Mattos (2018), esses elementos dão a dimensão da crise do atual sistema internacional marcado pelo seguinte paradoxo: os EUA, que criaram e sustentaram a ordem econômica liberal desde o final da Segunda Guerra Mundial, estão invalidando as bases de sua hegemonia ao colocar em primeiro lugar seus interesses imediatos e particularistas sob o slogan de “*America First*”.

As tendências de “desglobalização” se aprofundaram nos últimos três anos, com os Estados Unidos forçando seus aliados a se apartarem da China. Primeiramente, buscaram restringir a participação da empresa Huawei na infraestrutura de telecomunicações. Posteriormente, proibiram a venda de semicondutores e seus componentes e bens de capital para a China. Mais recentemente, instauraram tarifas e restrições aos veículos elétricos e placas solares produzidas no país. Nesse sentido, vale a pena mencionar as leis “The Inflation Reduction Act of 2022” (IRA), “CHIPS and Science Act of 2022” e “Advanced Research Projects Agency for Health” (ARPA-H), que buscam patrocinar políticas de substituição de importações para desacoplar a economia dos Estados Unidos da China.

Para o descontentamento de Washington, em que pesem as sanções, boicotes e restrições, as empresas chinesas estão avançando rapidamente no chamado Sul Global, pelas obras da BRI, pelo aumento da atuação dos bancos e, principalmente, pela criação de cadeias produtivas nos países periféricos.

A ascensão da China e do Sul Global

Quando a atual ordem internacional foi criada, em 1945, a maior parte dos países do Sul Global eram colônias ou protetorados. A assembleia que criou a ONU foi majoritariamente composta por países da Europa e das Américas. Os países da Ásia e da África ainda estavam envolvidos em lutas de libertação nacional, como os casos da Índia e da China. Estes, que no começo do século XIX respondiam por cerca da metade do produto interno bruto (PIB) mundial, de acordo com as estatísticas de Maddison³, diminuíram sua contribuição somada para menos de 10%. Os países da América Latina estavam começando sua industrialização substitutiva e tinham um peso econômico muito reduzido. Já em 2024, de acordo com o FMI, a contribuição dos países do Sul Global para o PIB mundial atingiu 42%⁴. Apenas a contribuição da China é de 16% em termos de dólares correntes, ou seja, US\$ 18 trilhões. Já em paridade de poder de compra, esse número é bem maior, alcançando US\$ 31 trilhões, de acordo com o CIA World Factbook⁵.

Merece destaque o papel das empresas dos países em desenvolvimento no ranking Global Fortune 500. Nesse aspecto, apenas os dados sobre a China dão a medida dessa transformação. Em 2000, apenas dez empresas chinesas figuravam na lista, enquanto o Japão figurava com 104 e os EUA possuíam 179. Em 2023, a China superou os Estados Unidos, com 142 empresas, enquanto os Estados Unidos caíram para 136 e o Japão para 41⁶. Às empresas chinesas se somam as empresas da Arábia Saudita, Emirados Árabes, Brasil, Indonésia, Argentina e Índia, que dão uma maior robustez aos países do Sul Global.

Dado adicional relevante acerca das modificações da economia mundial nas últimas décadas é o aumento expressivo do comércio entre os países em desenvolvimento, que saltou de 9,8% em 1995, para 24,6% em 2022. Já o comércio

³ Disponível em: <https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020?lang=en>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁴ Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD>. Acesso em: 2 ago. 2024.

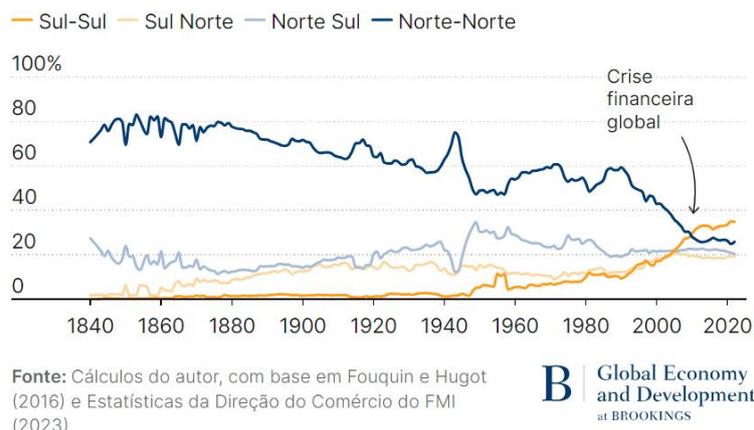
⁵ Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/real-gdp-purchasing-power-parity/country-comparison>. Acesso em: 5 ago. 2025.

⁶ Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1204099/number-fortune-500-companies-worldwide-country/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

entre os países desenvolvidos caiu de 54,3% para 38,5%. O comércio entre os países desenvolvidos e desenvolvimento ficou estável, em torno de 36% do total (D'ANDREA et al., 2024).

A Figura 1 traz informações similares, utilizando especificamente o conceito de Norte e Sul Globais, em que alerta que o comércio Sul-Sul ultrapassou o Norte-Norte durante a crise financeira global de 2007-2009.

Figura 1. Participação nas exportações globais por nível de renda do parceiro comercial, 1840-2022.



Um ator que tem ganhado prestígio internacional é o grupo dos BRICS, cujo alargamento ocorreu em agosto de 2023, quando foi anunciada a inclusão da Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito e Irã. Esse processo mostra que a nova ordem multipolar deve ser uma construção vinda de baixo, e não uma imposição vinda de cima. O novo BRICS é inclusivo e incorpora países com diferentes graus de desenvolvimento e uma grande diversidade cultural. Essa nova realidade pode promover a coordenação financeira e impulsionar o comércio por meio do uso de moedas locais, além de incluir dois gigantes das finanças globais, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos.

Além do comércio e dos investimentos, a China também vem ganhando destaque em inovação e tecnologia, tornando-se uma competidora internacional no bojo da quarta revolução industrial, cujo paradigma tecnológico é o da indústria 4.0. Os chineses estão competindo fortemente em áreas dominadas pelas *big techs* norte-americanas, como é o caso da empresa chinesa Huawei em telecomunicações de 5G, da ByteDance (TikTok) em inteligência artificial ou da BYD em veículos elétricos. Além disso, estão desenvolvendo sua própria indústria de semicondutores, produto fundamental da indústria 4.0, a despeito das sanções impostas pelos EUA.

De acordo com Rosales (2020), o progresso tecnológico alcançado pela China nas duas primeiras décadas desse século tem combinado estratégias nacionais de pesquisa e desenvolvimento, formação de um amplo contingente de estudantes de STEM⁷, investimentos em laboratórios nacionais de inovação, apoio ao empreendedorismo das universidades e startups, integração nas cadeias globais de valor com base de inovação nacional e internacionalização de empresas.

Em 2017, os gastos chineses em P&D representaram 2,15% do PIB, ainda inferior aos 2,7% do PIB dos Estados Unidos, mas superior à média mundial (1,8% do PIB) e muito próximo da dos Estados Unidos (2,4% do PIB). O crescimento dos gastos chineses em P&D tem sido vertiginoso, de 0,6% do PIB em 1996 para 1,7% em 2009 e mais de 2% desde 2015. As estimativas indicam que a China atingiria a despesa média em P&D da OCDE em 2019. (ROSALES, 2020, p. 171, tradução nossa).

A ascensão chinesa no século XXI está no cerne da contestação do poder hegemônico dos EUA, bem como das narrativas construídas pelo Pentágono para exagerar uma suposta ameaça chinesa e iniciar uma nova Guerra Fria que interessa ao complexo-industrial militar do país (BLACKWILL; FONTAINE, 2024). No entanto, por mais que os EUA queiram arrastar a China para uma corrida armamentista, bloquear seu desenvolvimento econômico e tecnológico e minar sua participação na ordem internacional, o governo de Pequim busca criar as bases para uma ordem mundial efetivamente baseada em regras e na igualdade entre as nações.

No contexto da reunião do G20 no Brasil, é muito importante refletir sobre as iniciativas globais da China para o desenvolvimento, segurança e civilização, tal como faremos na seção a seguir.

As iniciativas globais chinesas e a reforma da governança global

Desde a crise de financeira que começou em 2008, as fragilidades da governança global se fizeram presentes. A impossibilidade dos países do G7 de lidarem sozinhos com os efeitos depressivos da queda dos títulos hipotecários e a crise das dívidas soberanas na União Europeia levou a uma reformulação do papel do G20. O fórum, que antes da crise era uma reunião de ministros da economia e presidentes de bancos centrais das 20 maiores economias do mundo, passou a ser um fórum de Cúpula, reunindo os dirigentes desses países e blocos. A reunião do G20 em Seul, em 2010, por exemplo, foi decisiva para a redistribuição de quotas no FMI, o que abriu mais espaço para os países do Sul Global em detrimento dos

⁷ STEM é um acrônimo em língua inglesa para “*science, technology, engineering and mathematics*”, que representa um sistema de aprendizado científico, o qual agrupa disciplinas educacionais em “ciência, tecnologia, engenharia e matemática.”

países europeus. As reformas somente começaram a valer em 2015, quando o governo de Barack Obama retirou o veto às mudanças. Na área financeira, ainda naquele ano, o Yuan chinês (RMB) foi incorporado à cesta de moeda dos direitos especiais de saque do FMI, a primeira inclusão no Fundo de uma moeda de país em desenvolvimento.

Do ponto de vista político, aumentou a instabilidade internacional com os eventos que se sucederam à Primavera Árabe, como a mudança de governo no Egito e Tunísia, a insurgência xiita que foi massacrada nos países do Golfo Pérsico e as guerras iniciadas na Líbia e na Síria. Ainda nesse contexto, continuava a invasão dos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque. A instabilidade política na Ucrânia se intensificou em 2014, criando o contexto para o conflito com a Rússia que se estende até os dias atuais.

Uma importante novidade na arena internacional foi a criação dos BRICs, em 2008, por Brasil, Rússia, Índia e China. A África do Sul foi incorporada em 2010. Em 2020, a pandemia de covid-19 criou uma grande turbulência econômica e social no mundo inteiro. As dificuldades de abastecimento de remédios e insumos industriais colocou em xeque a eficiência política e econômica da globalização.

Não há espaço para traçar a evolução detalhada da conjuntura mundial desde 2008, mas há um fator decisivo que emergiu fortemente nos últimos 16 anos: a maior presença internacional da República Popular da China. Nesse período, em que o país se converteu na segunda maior economia e no maior *trader* do mundo, é importante mencionar a criação da BRI, que trouxe mudanças paradigmáticas no financiamento ao desenvolvimento e à construção de infraestruturas.

Segundo Kotz e Ouriques (2021), o ano de 2013 representa um ponto de inflexão e mudança, pois o mandatário Xi Jinping propôs a nova rota da seda em um discurso proferido no Cazaquistão, em que se referia a uma conexão terrestre entre o Oriente e o Ocidente. Meses depois, na Indonésia, a iniciativa foi ampliada com a incorporação de uma rota marítima, envolvendo o Oceano Índico, a África e o Oriente Médio.

A nova rota da seda resgata a ideia da rota comercial, retratada pelo historiador Joshua Mark (2024) como antiga rede de rotas iniciada na Dinastia Han, operante de 130 a.C. até o ano de 1453, quando o Império Otomano decidiu boicotar o comércio e fechá-las. A BRI, ao trazer o espírito da mítica Rota da Seda para a contemporaneidade, visa promover os cinco fatores de conectividade: comunicação

política, conectividade de infraestrutura, comércio desimpedido, circulação monetária e entendimento entre pessoas (PAUTASSO et al., 2021).

Pires e Paulino (2017) chamam atenção para a importância política e estratégica da BRI, ao ressaltarem a necessidade da adoção de ações práticas para além do discurso. Os autores ressaltam que se deve considerar que a perspectiva chinesa para o sucesso de sua iniciativa é de longo prazo. A criação de infraestruturas, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos e a liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais tende a criar uma maior interdependência entre os países envolvidos e viabilizar uma maior aproximação entre os povos, buscando diminuir as grandes desconfianças construídas historicamente, seja por disputas territoriais, seja por questões culturais e religiosas.

Por mais que o governo dos Estados Unidos desqualifique a BRI por uma suposta “armadilha da dívida” ou pela qualidade de seus projetos, o governo de Washington criou uma entidade similar, a Development Finance Corporation (DFC), para rivalizar com a iniciativa de Pequim. De fato, o desenvolvimento da China e a incorporação de dezenas de países na BRI criaram oportunidades para um maior envolvimento do país nos assuntos internacionais.

As incertezas econômicas e políticas criadas pela pandemia, pelo conflito na Ucrânia e, mais recentemente, pela guerra na Palestina, evidenciaram a crise da governança global em articular medidas para garantir a estabilidade internacional. O governo da China, entre 2022 e 2023, anunciou três iniciativas globais para o desenvolvimento, segurança e civilização que se somam à BRI, com vistas a criar novos parâmetros para a organização de uma ordem internacional inclusiva, democrática e multilateral. Na prática, as iniciativas globais são um contraponto à postura dos Estados Unidos, notadamente seu protecionismo, unilateralismo, o suposto universalismo de suas ideias e sua visão missionária nos assuntos internacionais.

Iniciativa de desenvolvimento global

Em 21 de setembro de 2021, durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o presidente chinês, Xi Jinping, apresentou a Iniciativa de Desenvolvimento Global (IDG) (XI, 2021), com o foco nas seguintes áreas: a cooperação para a redução da pobreza, segurança alimentar, esforços de resposta à covid-19 e vacinas, financiamento do desenvolvimento, mudanças climáticas, desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade.

A IDG aderiu seus objetivos às pautas da Agenda 2030 para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e, na perspectiva chinesa, contribuiu para a construção de uma comunidade global de desenvolvimento com um futuro compartilhado. Xi Jinping também anunciou a criação de um Fundo Global de Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, adicionando um bilhão de dólares americanos ao fundo, além dos três bilhões de dólares americanos já comprometidos, e aumentando sua contribuição para o Fundo Fiduciário para a Paz e o Desenvolvimento da ONU.

O anúncio de Xi Jinping ocorreu num contexto de turbulência mundial por conta da pandemia de covid-19, da guerra das vacinas, da então rápida recuperação econômica da China (que sofreu um revés após o surto de covid-19 em Shanghai e outras cidades em meados de 2022) e das políticas protecionistas dos Estados Unidos, como a tentativa de suprimir a Huawei da infraestrutura de 5G, a guerra comercial e as sanções relacionadas aos temas que envolviam Xinjiang e Hong Kong. Naquele momento, já estava claro que as políticas de desacoplamento econômico e de sanções à China iniciadas no governo Trump continuariam durante o mandato de Joe Biden.

A proposta chinesa, que manteria seu mercado aberto para as importações e que continuaria apostando na globalização, demarcava o terreno da China como defensor de uma ordem econômica aberta e contrária à lógica de Guerra Fria que existia (e existe) entre os formuladores da política externa de Washington. Além de se contrapor à desglobalização e à divisão política entre blocos econômicos, a IDG buscou ampliar a abrangência da política externa chinesa.

Enquanto os países ocidentais tentam se proteger da concorrência internacional e criam políticas industriais restritivas ao investimento estrangeiro, a China caminha na direção oposta. É o único grande país do mundo que organiza eventos para impulsionar a importação, como a Exposição Internacional de Importação da China (CIIE), a Feira Internacional de Investimento e Comércio da China (CIFIT), a Feira Internacional de Comércio de Serviços da China (CIFTIS) e a Expo Global de Comércio Digital.

Iniciativa de segurança global

A iniciativa de segurança global (ISG) foi anunciada pelo presidente Xi Jinping em 1 de abril de 2022, durante a cerimônia de abertura da Conferência Anual 2022 do Fórum Boao para a Ásia, encontro que se assemelha ao Fórum de Davos, em

que líderes políticos, empresários e personalidades discutem temas de alcance global e regional (XI PROPÕE, 2022).

Em seu discurso, o presidente chinês apresentou as propostas da ISG com vistas a garantir a segurança global e aprimorar a cooperação em todo o mundo. A iniciativa busca eliminar as raízes dos atuais conflitos internacionais, melhorar a governança da segurança global, encorajar esforços internacionais conjuntos para trazer mais estabilidade e promover paz e desenvolvimento duradouros no mundo.

A ISG está calcada em três importantes motivações: reconhece a natureza interconectada da segurança global e a necessidade de os países trabalharem juntos para lidar com ameaças comuns; fornece uma plataforma para os países compartilharem recursos e expertise, o que pode ajudar a lidar com ameaças de segurança de forma mais eficaz; e promove os valores de respeito mútuo e igualdade entre os países, recusando, por exemplo, qualquer noção de excepcionalismo.

O anúncio da ISG coincidiu com a eclosão do conflito na Ucrânia, quando as tropas russas ingressaram no país em 24 de fevereiro de 2022. Na perspectiva do governo da Rússia, a expansão da Otan para perto de suas fronteiras se apresentava como um risco existencial para o país. Isso também burlava o compromisso firmado entre Estados Unidos, União Europeia e Rússia para não se avançar com a Otan na antiga área de influência da União Soviética.

O novo papel da China na área de segurança internacional pode ser constatado com a retomada, mediada por Pequim, das relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã. Nesse aspecto, vale mencionar as propostas da China para a resolução do conflito na Ucrânia (FULL, 2023) e, recentemente, a reunião em Pequim de líderes políticos da Palestina com vistas a formar uma frente unida para negociar o cessar-fogo com Israel na guerra da Faixa de Gaza (CHINA, 2024). Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), a China tem assumido um novo protagonismo internacional, deixando o perfil baixo que marcava a diplomacia chinesa há pelo menos 20 anos.

Iniciativa da civilização global

A iniciativa da civilização global foi apresentada por Xi Jinping em 15 de março de 2023, na Reunião de Alto Nível do Partido Comunista Chinês (PCC) em Diálogo com Partidos Políticos do Mundo, realizada de forma virtual.

A iniciativa de civilização global se pauta no respeito à diversidade das civilizações, a defesa dos valores comuns da humanidade, a valorização da herança

e inovação das civilizações e o fortalecimento dos intercâmbios e da cooperação internacional entre pessoas. Na visão da China, a ICG “é outro grande produto público fornecido ao mundo pela China após a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa de Segurança Global, ambas apresentadas por Xi, em 2021 e 2022, respectivamente” (CHINA, 2024).

Na perspectiva da ICG, é preciso partir do princípio de que não existe uma hierarquia entre as civilizações. Apesar das diferenças em histórias, culturas, sistemas políticos e fases de desenvolvimento, países ao redor do mundo compartilham a aspiração comum por paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade – os valores comuns da humanidade. Também ressalta que a diversidade de civilizações é, por natureza, uma fonte de vitalidade e impulso no desenvolvimento humano. Nesse sentido é preciso promover trocas entre pessoas e viabilizar o aprendizado mútuo para mobilizar a enorme sabedoria e energia necessárias para avançar o progresso e o desenvolvimento das civilizações humanas.

Vale considerar que a China não possui uma perspectiva proselitista na ordem internacional, assim como não possui um sistema de valores que queira exportar, nem seu modelo político ou uma religião em particular.

O respeito às diferenças é fundamental para a construção de uma ordem internacional pacífica. Tal perspectiva difere da lógica do “choque de civilizações”, como pensou Huntington (1996). Ele também abordou que o desenvolvimento econômico, ao gerar uma nova classe média, iria levar os países inexoravelmente para o modelo de democracia liberal. Por conta desta lógica, muitas guerras foram travadas nas últimas décadas em nome dos “direitos humanos”, da democracia e do livre-mercado.

Por fim, vale considerar que mesmo com muitos custos humanos e materiais, não é possível impor a outros países, de forma permanente, os interesses e valores que não estão assentados na própria história de cada povo. Isso pode ser exemplificado com a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão, em agosto de 2021. Naquele momento, Joe Biden afirmou em discurso na Casa Branca:

Ao virarmos a página da política externa que orientou a nossa nação nas últimas duas décadas, temos que aprender com os nossos erros, devemos definir missões com objetivos claros e alcançáveis – e não objetivos que nunca alcançaremos. E, em segundo lugar, devemos manter-nos claramente concentrados no interesse fundamental de segurança nacional dos Estados Unidos da América. Esta decisão sobre o Afeganistão não diz

respeito apenas ao Afeganistão. Trata-se de encerrar uma era de grandes operações militares para remodelar outros países.⁸ (tradução nossa).

A iniciativa de civilização global busca pensar ordem internacional em sua diversidade de culturas, religiões, modelos políticos e de valores democráticos, que não devem ser confundidos com as perspectivas liberais do Ocidente.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos compreender alguns aspectos da crise da ordem internacional criada pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e seu unilateralismo que se estabeleceu após o fim da Guerra Fria. Num primeiro momento, ressaltamos alguns aspectos da crise da globalização neoliberal, que ocorreu paralelamente à ascensão chinesa, e evidenciamos as contradições norte-americanas e do G7 para a manutenção da ordem internacional pós-crise de 2008. Posteriormente, chamamos atenção para o novo protagonismo dos países do Sul Global, cujo peso econômico e político cresceu fortemente nas duas primeiras décadas do Século XXI, notadamente a China, que se converteu na segunda maior economia do mundo em termos de dólares correntes, mas a primeira em produção material e paridade de poder de compra. Por fim, descrevemos e analisamos as principais iniciativas chinesas com o intuito de remodelar a ordem internacional com base em regras e normas, intituladas: iniciativa de desenvolvimento global, iniciativa de segurança global e iniciativa da civilização global, aos quais se soma a BRI.

Destacamos que a ascensão chinesa nesse século está no centro da contestação ao poder hegemônico dos Estados Unidos. Por conta disso, são alimentadas narrativas criadas pelo Pentágono, que extrapolam uma suposta ameaça chinesa e buscam iniciar uma nova Guerra Fria, favorecendo o complexo industrial-militar americano. Todavia, mesmo que os Estados Unidos tentem envolver a China em uma corrida armamentista, impedir seu desenvolvimento econômico e tecnológico e enfraquecer sua influência na ordem internacional, será muito difícil impedir que o governo de Pequim possa, em conjunto com outros países do Sul Global, estabelecer as bases de uma ordem mundial verdadeiramente multilateral e pautada por regras e pela igualdade entre as nações.

⁸ Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/08/31/remarks-by-president-biden-on-the-end-of-the-war-in-afghanistan/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

Referências

BLACKWILL, Robert D.; FONTAINE, Richard. "The will and the power: China's plan to undermine pax America". **The National Interest**, 8 ago. 2024.

"CHINA focus: Palestinian factions sign Beijing Declaration on ending division, strengthening Palestinian national unity". **Xinhua**, 24 jul. 2024.

D'ANDREA, Barbara et al. "Thirty years of trade growth and poverty reduction". **WTO Blog**, 24 abr. 2024.

"FULL text: China's position on the political settlement of the Ukraine Crisis". **Xinhua**, 24 fev. 2023.

GUILLÉN, Arturo. "USA's trade policy in the context of global crisis and the decline of North American hegemony". **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 3, p. 387-407, jul. 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. Nova York: Simon & Schuster, 1996.

KOTZ, Ricardo Lopes; OURIQUES, Helton. "A Belt and Road Initiative: uma análise sobre a projeção global da China no Século XXI". **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 2, p. 96-113, jun. 2021.

MARK, Joshua J. "Silk road". **World History Encyclopedia**, 1 maio 2018.

PARKER, Ceri. "China's Xi Jinping defends globalization from the Davos stage". **World Economic Forum**, 17 jan. 2017.

PAULANI, Leda Maria. "A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil". **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

PAUTASSO, Diego et al. "As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA". **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. 1-23, jul. 2021.

PIRES, Marcos Cordeiro; MATTOS, Thaís Caroline Lacerda. "A concepção de excepcionalidade na consciência social de Estados Unidos e China como elemento para a reflexão sobre disputas hegemônicas". **Brazilian Journal of International Relations**, v. 7, n. 3, p. 551-580, set./dez. 2018.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio. "Reflexões sobre hegemonia e apolítica internacional da China: a iniciativa "cinturão e rota" como uma estratégia de desenvolvimento pacífico". **Relaciones Internacionales**, v. 26, n. 53, p. 207-228, dez. 2017.

ROSALES, Osvaldo. **El sueño chino: cómo se ve China a sí misma y cómo nos equivocamos los occidentales al interpretarla**. Santiago: Siglo Veintiuno, 2020.

"XI focus: Xi proposes global development initiative". **Xinhuanet**, 22 set. 2021.

"XI PROPÕE iniciativa de segurança global". **Xinhua Português**, 21 abr. 2022.

WOLFERS, Justin. "The Fed has not stopped trying to stimulate the economy". **The New York Times**, 29 out. 2014.

Recebido e publicado em novembro de 2024.